



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE  
GRADUAÇÃO EM DESIGN-MODA**

**MALU MARTINS SENA**

**DIGA-ME COMO ANDAM TEUS NEGROS E TE DIREI QUEM ÉS: UM ESTUDO  
SOBRE A INDUMENTÁRIA ESCRAVA COMO FATOR DE DISTINÇÃO SOCIAL NO  
PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO**

**FORTALEZA  
2017**

MALU MARTINS SENA

DIGA-ME COMO ANDAM TEUS NEGROS E TE DIREI QUEM ÉS: UM ESTUDO  
SOBRE A INDUMENTÁRIA ESCRAVA COMO FATOR DE DISTINÇÃO SOCIAL

Monografia apresentada ao curso de Design-Moda  
do Instituto de Cultura e Arte da Universidade  
Federal do Ceará, sob orientação da professora  
Francisca Raimunda Nogueira Mendes.

FORTALEZA  
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S477d Sena, Malu Martins.

Diga-me como andam teus negros e te direi quem és : um estudo sobre a  
indumentária escrava como fator de distinção social no período colonial brasileiro /  
Malu Martins Sena. – 2017.

44 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará,  
Instituto de cultura e Arte, Curso de Design de Moda, Fortaleza, 2017.

Orientação: Profa. Dra. Francisca Raimunda Nogueira Mendes.

1. Indumentária Escrava. 2. Distinção Social. 3. Debret.

CDD 391

---

MALU MARTINS SENA

DIGA-ME COMO ANDAM TEUS NEGROS E TE DIREI QUEM ÉS: UM ESTUDO  
SOBRE A INDUMENTÁRIA ESCRAVA COMO FATOR DE DISTINÇÃO SOCIAL NO  
PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO

Monografia apresentada ao curso de Design-  
Moda do Instituto de Cultura e Arte da  
Universidade Federal do Ceará, sob  
orientação da professora Francisca  
Raimunda Nogueira Mendes.  
Área de concentração: Indumentária no Brasil  
Colonial

Aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Francisca Raimunda Nogueira Mendes (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Prof. Dr<sup>a</sup> Emanuelle Kelly Ribeiro da Silva  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Prof. MsC. Gabriela Vieira Rebouças  
Universidade Federal do Ceará

A Deus.

Aos meus pais, Alberico e Marluce.

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof. Dr. Francisca Raimunda Nogueira Mendes pela excelente orientação, pela paciência e pelo carinho dedicados à minha formação, bem como a de todos os alunos, desde sempre.

Aos professores participantes da banca examinadora Emanuelle Kelly Ribeiro e Gabriela Rebouças pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos amigos e colegas de semestre Anna Odara Tavares e Belchior José pelos conselhos valiosos e pelo apoio nos momentos de dificuldade.

Aos meus pais, Alberico Rodrigues e Marluce Caetano pelo estímulo e apoio incondicionais à minha formação pessoal e acadêmica.

*Surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos. (RIBEIRO, 1995, p. 9)*

## RESUMO

O presente trabalho objetiva entender de que forma os senhores de escravos utilizavam seus servos como ferramenta para demonstrar sua riqueza e se diferenciar socialmente. Como metodologia, este trabalho conta com pesquisa bibliográfica e documental, sendo esta última a partir das pinturas de Jean Baptiste Debret.

Para tanto, o estudo aborda o contexto em que a raiz negra foi inserida no Brasil, as funções desta dentro da Colônia, bem como a forma como a indumentária negra é representada nos registros de Jean Baptiste Debret. Além disso, discorre-se sobre as principais perspectivas de trabalho para os negros e como estas se refletiam em seu vestuário. Posteriormente, discute-se sobre a relação entre a indumentária negra e a demonstração de riqueza e distinção social, de forma a comprovar que as roupas e acessórios usados pelos cativos retratavam sua posição na hierarquia escrava, bem como a condição financeira de seu dono.

**Palavras-chave:** Indumentária Escrava; Distinção Social; Debret.



## **ABSTRACT**

The present research aims to understand how the slaveholders used their servants as a tool to demonstrate richness and social distinction. As methodology, this paper brings a bibliographic and documental research in the work of Jean Baptiste Debret. To make it possible, this study approaches the context in which black people were inserted in Brazilian territory, their functions inside the colony, as well as the way slaves are represented in Jean Baptiste Debret's records. Furthermore, the author discourses about the main work perspectives to black and also how these functions were reflected in their clothing. Then, the author analyzes the relation between black people's clothing and social distinction, in order to prove the clothes and accessories used by the slaves were related to their position in slave hierarchy, as well as his owner's financial condition.

**Keywords:** Slave's Clothing; Social Distinction; Debret.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Empregado do Governo Saindo a Passeio.....	29
Figura 2 – Negras Escravas de Diferentes Nações.....	32
Figura 3 – Negra Tatuada Vendendo Caju.....	34

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Tipo de Pesquisa.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Plano de coleta de Dados.....</b>	<b>15</b>
<b>2.3</b>	<b>Categorias Analíticas.....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>CONDIÇÃO ESCRAVA E MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA.....</b>	<b>17</b>
<b>3.1</b>	<b>Ser escravo no Brasil Colônia.....</b>	<b>17</b>
<b>3.2</b>	<b>Missão Francesa no Brasil e Debret.....</b>	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>ESCRAVIDÃO E TRABALHO NA COLÔNIA.....</b>	<b>23</b>
<b>5</b>	<b>VESTUÁRIO ESCRAVO E DISTINÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>27</b>
<b>5.1</b>	<b>A Roupas como Reflexo da Hierarquia Social.....</b>	<b>27</b>
<b>5.2</b>	<b>O pé calçado como mecanismo de autoafirmação da população negra.....</b>	<b>38</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Cerca de trezentos anos depois das primeiras incursões colonizadoras, a família Real Portuguesa, fugindo das tropas napoleônicas, se instalou no Brasil, e o Rio de Janeiro, antes capital da colônia portuguesa, transformou-se em sede do novo Reino. A chegada de D. João e sua família ao Brasil trouxe diversas mudanças como abertura dos portos ao comércio exterior, incentivo à agricultura e à urbanização, além do desenvolvimento de ciência, cultura e educação. (DIAS, 2001). Nesse momento, a sociedade brasileira pode ser caracterizada como patriarcal/agrícola quanto à sua estrutura, escravocrata quanto a sua mão de obra, e resultado de uma mistura de europeus, índios e negros (FREYRE, 1958).

A instalação dos engenhos de açúcar no Nordeste trouxe para o Brasil a mão de obra escrava, vinda, em sua maioria, da costa ocidental africana. Aqueles que sobreviveram às condições da viagem foram separados de suas famílias, submetidos a humilhações, alimentação escassa e pobre em nutrientes, castigos constantes e jornadas de trabalho exaustivas que poderiam atingir cerca de dezoito horas diárias (RIBEIRO, 1995). Geralmente, os homens iam para o canavial e as mulheres cuidavam da casa-grande, serviam de amas de leite, eram postas para vender alimentos nas vilas ou eram obrigadas a se prostituir.

O homem branco, imerso nesse cenário, viu no canavial, na lavoura de café e no tráfico de escravos uma oportunidade de sucesso econômico. Ao longo dos séculos, estabeleceu sua “casa-grande”, seu “exército de escravos”. Este, não servia a um propósito só, sendo associado a todo tipo de função que estivesse relacionada a trabalho. O negro cortava lenha e buscava água, mas também costurava roupas, cozinhava e servia como mordomo. No fim das contas, acabou que o trabalho tornou-se indigno, desonroso para as pessoas livres, ficando restrito ao escravo (SCHWARCZ, 1996).

Com o tempo, o senhor percebeu que seus escravos, especialmente aqueles que o acompanhavam e os que trabalhavam em sua casa poderiam servir a mais um propósito: a exposição da própria riqueza. Em vez de dar apenas o mínimo para que seus servos se cobrissem, os homens brancos encomendavam roupas e até joias, que

extrapolavam a simplicidade e a utilidade como forma de demonstrar poder. (MONTEIRO, FERREIRA E FREITAS, 2006).

Usualmente, o escravo é visto como um ser miserável, totalmente despido de privilégios, desprezado por seu senhor. Entretanto, pouco se fala sobre seus adornos, saias de *richilieu*, mantas estampadas, joias e tudo o mais que pudesse melhorar sua aparência e demonstrar bom posicionamento financeiro de seu dono. É a partir desse questionamento que o presente trabalho tem como foco principal compreender de que forma os senhores de escravos utilizavam seus servos como forma de demonstrar sua riqueza e se diferenciar socialmente, de modo a responder os seguintes questionamentos: como se organizavam os escravos em relação às suas tarefas? Como as roupas dos escravos poderiam diferenciar suas funções dentro da fazenda? De que forma a sociedade colonial percebia a roupa dos escravos no que se refere à situação financeira de seu dono? Havia distinção social entre os próprios escravos a partir de seu vestuário?

Por meio desta pesquisa, objetiva-se entender o contexto em que foram inseridos os escravos quando da sua chegada, compreender a maneira como estes se vestiam de acordo com seu papel na sociedade, além de estudar que tipos de modelagens, tecidos, estampas, padronagens, joias e outros tipos de adornos eram usados pelos cativos.

Para que os objetivos anteriormente expostos sejam atingidos, esta pesquisa possui caráter qualitativo, na medida em que as informações são interpretadas de maneira subjetiva, atentando para a opinião e o comportamento dos sujeitos. Além de um levantamento bibliográfico, este trabalho conta com uma pesquisa documental em jornais, pinturas e ilustrações, sendo estas duas últimas provenientes do acervo de Jean Baptiste Debret.

O interesse da autora pelo tema data de seus estudos em história, ainda no ensino médio, que foram levados adiante durante sua formação superior, sempre com foco na imagem do negro e de seu vestuário perante a sociedade colonial.

Além da presente introdução, onde se apresentou a contextualização do tema, bem como exposição dos objetivos gerais e específicos e relevância da pesquisa, este trabalho conta com outros seis capítulos que serão descritos em sequência. No

segundo capítulo, discorre-se sobre a metodologia escolhida para a pesquisa. No terceiro capítulo, apresenta-se o contexto histórico em que os escravos estão inseridos no momento de sua chegada ao Brasil, sua situação cotidiana e como isso foi percebido pelos integrantes da Missão Artística Francesa.

O quarto capítulo contém a definição dos principais serviços prestados pelos negros, escravos e ex-escravos. No quinto capítulo, discorre-se sobre a relação entre indumentária negra e distinção social, tanto por parte dos brancos, quanto por parte dos próprios negros, de forma a comprovar que a roupa dos escravos não possuía caráter apenas prático, podendo também representar uma ferramenta de demonstração de prestígio social e econômico.

## 2. METODOLOGIA

### 2.1 Tipo de Pesquisa

Para organizar as pesquisas e sistematizar a análise dos documentos, de modo a torná-la eficaz e eficiente, faz-se necessária a elaboração de um plano de ação, um método.

A investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos. Método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 126).

Nesse sentido, a presente pesquisa se apresenta como descritiva, na medida em que tem como objetivo descrever o vestuário do escravo de acordo com a função a ele atribuída pelo “dono”, relacionando-a com a necessidade de demonstração de riqueza e poder por parte deste.

Quanto à abordagem, este trabalho segue o viés qualitativo, pois as informações adquiridas são interpretadas de maneira subjetiva, buscando entender motivações e comportamentos de seu(s) sujeito(s).

[a pesquisa qualitativa] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p.21)

Em relação aos procedimentos utilizados para coleta de dados, o presente trabalho pode ser classificado como bibliográfico, já que toma como fonte publicações já existentes, tais como livros e artigos; e documental, pois apresenta análise de pinturas e desenhos de autoria de Jean Baptiste Debret. São elas: *Empregado do Governo saindo a Passeio (1835)*, *Negras Escravas de Diferentes Nações (1835)* e *Negra Tatuada Vendendo Caju (1827)*.

### 2.2 Plano de Coleta de Dados

As etapas de realização da pesquisa serão: A – **Pesquisa bibliográfica específica** – Seleção e escolha de fontes bibliográficas como livros, artigos científicos, teses dissertações sobre escravidão no Brasil, indumentária escrava e diferenciação social.

[...] por meio de um levantamento bibliográfico não se pretende encontrar milhões de textos sobre um conceito genérico, mas encontrar informação precisa e relevante relacionada a um tema de pesquisa, em quantidade razoável a fim de que possa ser lida e analisada durante parte do tempo de realização de uma pesquisa (GALVÃO, 2010, p. 3).

A pesquisa bibliográfica é, portanto, uma fonte de informações que pode ser utilizada para embasar as pesquisas e trazer novos pontos de vista para o objeto de estudo.

**B – Pesquisa documental** – Pesquisa e seleção de desenhos e pinturas de Jean Baptiste Debret, bem como de jornais e quaisquer outros documentos que continham representações ou descrições da indumentária utilizada pelos escravos durante o período colonial brasileiro; **C – Tratamento de dados** – Análise de conteúdo, cruzamento e interpretação de dados.

### 2.3 Categorias Analíticas

As categorias analíticas correspondem aos principais pontos que norteiam a pesquisa. Segundo Minayo (1998, p.94),

[...] são aquelas que retêm historicamente as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais. Elas mesmas comportam vários graus de abstração, generalização e de aproximação.

Para esta pesquisa, foram consideradas as seguintes categorias analíticas: A – Escravidão no Brasil; B – Indumentária escrava; C – Diferenciação social.



### 3. CONDIÇÃO ESCRAVA E MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA

Provenientes, em sua maioria, da costa ocidental africana, os primeiros grupos de negros chegaram ao Brasil no final da primeira metade do século XVI, por volta de 1533 (DEL PRIORE, 2016). A princípio, em pequenos grupos, e, mais tarde, em enormes quantidades devido ao desenvolvimento da economia açucareira e da mineração (RIBEIRO, 1995).

Ainda na África, os negros eram capturados por seus próprios semelhantes, os pombeiros, comerciantes africanos de escravos que os trocavam por tabaco, armas e bugigangas. Em seguida os cativos eram amarrados uns aos outros, geralmente pelo pescoço, e levados até o tumbeiro, navio onde se amontoavam, ocupando somente o espaço correspondente a seu corpo. Comendo mal, bebendo pouca água e fazendo suas necessidades ali mesmo, os escravos atravessavam o Oceano Atlântico rumo ao destino ainda desconhecido. Obviamente, devido a essas condições, a viagem não era nada agradável e o navio virou berço para doenças que causavam a morte de diversos escravos (RIBEIRO, 1995).

Arrancados de seu território através dos métodos mais cruéis e violentos, os negros eram destituídos de sua cultura e transformados em ninguém, servos sem alma e sem sentimentos. No final acabavam por serem “adestrados” de acordo com os interesses de seus donos, sua cultura, seus costumes e sua religião, sob a premissa de que estavam os negros, na verdade, sendo libertados de seu atraso.

Submetido a essa compressão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga; depois, para ser outro, quando transfigurado etnicamente na linha consentida pelo senhor, que é a mais compatível com a preservação dos seus interesses. (RIBEIRO, 1995, p. 118).

Esse sofrimento era apenas o início de uma vida marcada pelo medo, insegurança e humilhação constantes, que se perpetuavam dentro das fazendas, das minas e das ruas nas cidades coloniais.

#### 3.1 Ser Escravo no Brasil Colônia

Como visto, aqueles que sobreviveram às condições da viagem chegavam ao seu destino desorientados, desnutridos e doentes. Eram agrupados sem critério definido - o que resultava na separação de muitos maridos de suas esposas e de mães e pais de seus filhos, mas também acabava por juntar tribos rivais - e, em seguida, tratados e postos à venda. Conforme Schwarcz (1996, p.14):

Era chegada a hora da engorda, de tratar e cuidar dos escravos: aplicava-se óleo de palma a fim de esconder as doenças e dar brilho à pele. Lustravam-se os dentes; impunham-se exercícios físicos para aumentar a flexibilidade.

Todos esses preparativos tinham como objetivo melhorar a aparência do escravo e, por consequência, seu valor de mercado. Ainda conforme a mesma autora, geralmente, um homem adulto poderia valer até duas vezes mais que uma mulher (SCHWARCZ, 1996). Assim, como quem escolhe peixes frescos na feira, os compradores atentavam para olhos, dentes, a grossura das pernas, a proporção do pescoço em relação ao corpo e as dimensões dos órgãos genitais. Essas e outras precauções estavam reunidas no *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as Enfermidades*, escrito por J. B. A. Imbert em 1839, que tinha como objetivo alertar os compradores para eventuais tentativas de calote.

Feitas as “compras”, era hora de levar as “peças” para casa e dividi-las de acordo com suas tarefas. Geralmente, as mulheres ficavam responsáveis pelos serviços domésticos na casa-grande, serviam de amas de leite, eram postas para vender alimentos nas vilas ou eram obrigadas a se prostituir, e os homens iam para o canavial enfrentar jornadas de trabalho exaustivas - que poderiam atingir cerca de dezoito horas diárias (RIBEIRO, 1995).

A cana de açúcar foi inserida no território brasileiro logo nos primeiros anos da colonização, entre 1502 e 1503, de acordo com Del Priore (2016). Originária da costa da Índia, a gramínea adaptou-se muito bem ao solo brasileiro e rendeu a alguns verdadeiras fortunas. “Mas quem plantava, limpava, fazia ‘chegar a terra’, colhia, botava a cana pra moer, acondicionava e transportava o açúcar até o mar? O escravo” (DEL PRIORE, 2016, p. 72). Certamente, devido ao seu conhecimento sobre plantio, cuidados com o solo e extração do suco da cana, adquirido antes mesmo de sua importação para o Brasil, o escravo era encarregado de todos esses processos que lhe consumiam até o último respiro.

Dessa forma, os negros exerciam, basicamente, todas as funções que pudessem demandar esforço, o que resultou na associação do trabalho ao ser escravo e não mais ao homem livre.

No Brasil, a larga utilização de mão-de-obra escrava levou a uma inversão de valores: o trabalho passou a ser considerado pelas pessoas livres como desonroso, resumindo-se ao universo escravo (SCHWARCZ, 1996, p.15).

A rotina cansativa era, ainda, associada aos castigos por mau comportamento e lentidão no trabalho. Ainda que houvesse alguns senhores adeptos ao sadismo em suas punições, castigos muito severos não eram encorajados devido ao alto valor pago por cada escravo (DEL PRIORE, 2016). Assim como uma mercadoria, estes demandavam certos cuidados para que durassem o máximo possível e retornassem o valor investido neles por meio de seu trabalho.

Os escravos eram divididos entre “boçais”, os recém chegados e ainda não aculturados, e “ladinos”, aqueles que já estavam habituados à língua e aos costumes europeus (DEL PRIORE, 2016). Os ladinos eram os responsáveis por transmitir os ensinamentos aos novatos e prepará-los para a labuta.

Havia ainda os crioulos, nascidos no Brasil, fruto das miscigenações entre as raças. A estes eram delegados os trabalhos domésticos e de supervisão, devido a seu parentesco com os dominadores brancos. Babás, feitores e escravos de estimação, acabavam por ganhar a confiança de seus senhores e tinham melhores condições de vida e maiores chances de alcançar a liberdade (COSTA, 2009).

Os escravos da senzala alimentavam certa rivalidade com os trabalhadores da casa grande, incluindo os crioulos, que viviam quase que em um mundo à parte. Resultado de relações extraconjugais entre escravas e seus senhores, a criança virava motivo de orgulho para sua mãe. “O mulato, fruto de amores excusos, é servido antes dos outros, mais acariciado e mais bem vestido que os demais” (COSTA, 2009, p. 326). Os negros da casa grande despertavam a inveja nos outros escravos, recebiam melhor comida, castigos mais suaves e roupas mais bonitas, ocupando um nível superior na hierarquia. Dessa forma, não se misturavam com os demais escravos, quer seja porque estes os rejeitavam, quer seja por orgulho próprio.

De acordo com o ditado em Costa (2009, p. 327), “negro no eito<sup>1</sup>, vira copeiro, não óia mais pra seu parceiro”. Era o que muitos achavam daqueles escravos que conferiam sua lealdade a seus senhores, chegando, alguns, a denunciar as tramas de fuga e rebelião de seus parceiros. Outros, pelo contrário, traziam para a casa grande, os anseios e a ira das senzalas, provocando envenenamentos e mortes inexplicáveis nos membros das famílias brancas (Idem, Ibidem). No fim das contas, estavam todos buscando seu meio de sobreviver às dificuldades trazidas pela condição de escravidão.

Alguns construíam uma proximidade com seus senhores, servindo-os com muita dedicação ou seduzindo-os e dando-lhes filhos bastardos. Garantiam, ainda que não para si, mas para a próxima geração um futuro mais promissor. Outros preferiam a morte, seja deliberada, através do suicídio, seja através de uma tentativa de fuga que acabava fracassada. Para muitos cativos, “uma morte prematura numa tentativa de fuga era melhor, quem sabe, que a vida do escravo trazido de tão longe para cair no inferno da existência mais penosa” (RIBEIRO, 1995, p.118).

A alforria, método “legal” de libertação, era prática extremamente rara, sendo destinada geralmente aos pretos velhos, que, conseguindo chegar vivos a uma idade tão avançada, tornavam-se inúteis para seus senhores; àqueles que conseguiam juntar algum pecúlio para comprar sua liberdade; ou ainda a quem conseguisse cativar seu senhor e convencê-lo a lhe conceder a soltura.

A introdução da raiz negra na formação do povo brasileiro resultou em uma herança cultural que se perpetua até hoje na música, na culinária, na língua, etc. O grande contingente escravo, espalhado por toda parte, executando todo tipo de serviço, não passou despercebido até mesmo para os artistas que aqui aportaram. Estes registraram diversas pinturas e desenhos onde o negro aparece como protagonista, revelando aspectos mais profundos de suas etnias, costumes e também de sua relação com o homem branco.

---

<sup>1</sup> Roça onde trabalhavam os escravos

### 3.2 Missão Francesa no Brasil e Debret

Jean Baptiste Debret nasceu na França, em 18 de abril de 1768. Era sobrinho-neto de François Boucher, artista de grande representatividade para o Barroco-Rococó francês e primo de Jacques Louis David, reconhecido por suas contribuições durante o neoclassicismo. Debret fez parte do “grupo seleta” de pintores de Napoleão Bonaparte, assinando um total de quatro obras dedicadas ao Imperador. (TREVISAN, 2007)

Com o exílio de Napoleão na ilha de Santa Helena, Debret, já debilitado pela separação de sua esposa e a perda de seu único filho, viu-se sem seu sustento financeiro e teve de buscar alternativas. Foi então que recebeu a proposta de viajar até o Brasil, em uma expedição organizada por Joachim Lebreton (Idem, ibidem). Debret, então com 47 anos, parte em direção aos trópicos como integrante da Missão Artística de 1816, ocupando a posição de pintor de história.

Juntamente com Debret, desembarcaram no Brasil profissionais de diversas áreas. Dessa forma, a Missão Artística Francesa, através da instituição da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, tinha por objetivo não só desenvolver a cultura na antiga colônia de Portugal mas também estabelecer uma base para o desenvolvimento da economia, agricultura, comércio e também de uma capital à altura do reino de Portugal no que se refere à demonstração de riqueza e opulência (TREVISAN, 2007).

Debret permaneceu no Brasil, mais precisamente, junto à Corte no Rio de Janeiro, de 1816 a 1831 e sua trajetória resultou na publicação de três volumes da obra *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*<sup>2</sup>, onde o artista reúne um elevado número de registros visuais do Brasil,acompanhados de textos explicativos, expondo aspectos do cotidiano e da cultura material dos brasileiros integrantes não só das classes mais abastadas, como também da população humilde, dos escravos e índios (COSTA, 2009).

Nesse período, o Rio de Janeiro abrigava um número de escravos considerável, que executava diversas funções relacionadas ao trabalho e não passavam despercebidos ao caminhar pela cidade. Dentro desse contexto, a população negra é inspiração para muitas das obras produzidas, inaugurando uma nova etapa na

---

<sup>2</sup> Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil

iconografia brasileira, a representação do povo. Até então, apenas registros da fauna, da flora e das paisagens brasileiras chegavam a Portugal.

No primeiro volume do livro, Debret atenta para a população indígena e seus costumes. No segundo volume, o artista parte para as representações da vida “civilizada” nas cidades, sendo representativo o número de pranchas onde o negro recebe destaque. No terceiro volume, Debret volta-se para aspectos políticos e religiosos do Brasil. Neste trabalho, será realizado um estudo do volume dois, onde as representações dos escravos e forros oferecem suporte para a análise do papel dos negros na sociedade colonial.

#### 4. ESCRAVIDÃO E TRABALHO NA COLÔNIA

Com a transferência da sede do reino de Portugal para o Brasil, veio a abertura dos portos da colônia à chegada de todo o tipo de mercadoria para suprir as necessidades da corte e seus empregados. Nesse contexto, muitos escravos foram deslocados para a região portuária, onde trabalhavam como verdadeiros animais de carga, levando caixas, malas e até mesmo pessoas para que estas não tivessem que atravessar a lama misturada a fezes e lodo do cais. Vendiam doces, bolos, mel, angu, bebidas, café e tudo mais que pudesse gerar lucro. Já na região das minas, todas as tarefas relacionadas à extração de ouro eram destinadas aos negros, que ficavam o dia inteiro com pés e pernas mergulhados na água (COSTA, 1997).

A autora aponta ainda, que os escravos rurais também enfrentavam duras jornadas de trabalho, que não eram interrompidas nem mesmo pelo sol escaldante ou pela chuva torrencial, podendo durar uma média de quinze a dezoito horas por dia. Os cativos ficavam sob a vigilância constante de seu dono, que representava a autoridade máxima na fazenda, balanceando a benevolência e a crueldade como bem entendesse.

A qualidade do alimento variava de acordo com o poder econômico do senhor de escravos, que concedia desde refeições insuficientes, baseadas em feijão, farinha de mandioca e frutas (fazendas menores) até uma alimentação mais completa, composta por angu, feijão, farinha de mandioca e até mesmo carne seca (no caso das grandes fazendas).

Costa (1997) aponta ainda que alguns escravos recebiam de seus donos um pequeno lote de terra como forma de recompensa. Ali, podiam plantar alguns gêneros alimentícios cujo lucro lhes pertencia. Presentear escravos com lotes de terra era uma forma de mantê-los ocupados no serviço e evitar reuniões para organização de rebeliões. Entretanto, a prática não era tão comum assim, o que resultava em quase nenhuma chance de levantar fundos e conseguir a tão sonhada alforria.

No caso específico das mulheres negras, além de todas as relações de submissão já sofridas pelas brancas e pardas, havia também a questão da discriminação racial e social devido à escravidão. Dessa forma, poucas eram as

chances de ascensão social e melhoria de vida, não havendo qualquer tipo de empatia entre brancas e negras.

Assim, se por um lado [a mulher negra] compartilhava com a mulher branca a permanente opressão e exclusão derivadas da estrutura social baseada na dominação masculina, era vista como socialmente desqualificada e frequentemente identificada como basicamente imoral e afeita à prostituição (CAMPOS, 2010, p. 9).

Sendo assim, restavam poucas oportunidades para gerar renda de modo a comprar sua alforria e/ou se sustentar. Muitas traziam consigo o costume africano do comércio de rua, e com ele atingiam certa rentabilidade. As *kitandas*, como eram conhecidas as feiras, mercados e tabuleiros ainda na África, tornaram-se *quitandas* quando trazidas para o Brasil e suas administradoras passaram a ser conhecidas como *quitandeiras* (BONOMO, 2014). As negras da etnia Mina<sup>3</sup> foram logo reconhecidas como ótimas comerciantes e cuidavam, a mando de seus senhores ou para lucro pessoal, de banquinhas destinadas à venda de comidas e bebidas além de praticarem o comércio ambulante, circulando pelas ruas com tabuleiros de doces, frutas ou verduras apoiados no topo da cabeça. Dessa forma, negras - e também negros - que vendiam produtos a mando de seus senhores ficaram conhecidos como escravos de ganho.

Dentre as nações ou etnias africanas que formavam a população escrava e liberta, as negras de denominação genérica “mina” e suas descendentes crioulas se destacavam nesta atividade, considerada a mais rentável ocupação feminina, no século XVIII (CAMPOS, 2010, p.10).

As “negras de tabuleiro”, como eram conhecidas pela população, despertavam grande preocupação nas autoridades, já que circulavam livremente pela área das minas, vendendo seus pães, bolos, mel e bebidas alcoólicas e, vez ou outra, funcionando como transportadoras de pequenas pepitas de ouro. Estas, escondidas em seus tabuleiros, eram desviadas da arrecadação oficial da metrópole, diminuindo, assim, os lucros desta.

Em Minas Gerais, havia ainda a presença das vendas, motivo de muita preocupação para igreja, grandes proprietários e membros do Estado metropolitano.

---

<sup>3</sup> Segundo Santos (2009, p.6), “O termo Mina, assim como Angola, Congo, Benguela, entre outros, era usado pelo colonizador para designar grandes áreas africanas de tráfico de escravos. Entretanto, os traficados em sua nova vida no novo mundo incorporaram tais termos e criaram identidades entre si [...]”.



Isso porque esses estabelecimentos comerciais recebiam todo tipo de integrante da comunidade: ferreiros, mineradores, alfaiates e até mesmo escravos. Nesse ambiente, que mais parecia uma taverna, conversava-se sobre o contrabando de ouro e diamantes, a organização de fugas e motins, bem como se realizavam encontros sexuais, brigas e acordos para o abastecimento de quilombos. À frente de muitas dessas vendas, estavam mulheres, que descobriram no comércio talvez o meio de sobrevivência mais representativo para o público feminino na sociedade mineira (DEL PRIORE, 2012).

Entretanto, se por um lado os membros da elite gostariam de ver as vendas extintas, por outro, sabiam que esse mercado mantinha a população das minas abastecidas e contribuía para o enriquecimento da metrópole com tributos.

A prostituição era outra alternativa, muitas vezes imposta pelos senhores, para a escrava. Isso porque muitos dos donos cobravam de suas servas jornais com valores mais elevados do que o total da mercadoria que era entregue para ser vendida. Assim, visando a evitar castigos por não entregarem o valor exigido, muitas mulheres utilizavam de seu corpo como uma mercadoria extra à venda. Em outras situações era a própria negra alforriada que via este como o único meio de sobrevivência. Naquela sociedade, a prostituta, ainda que considerada uma mulher sem honra, era vista como “um mal necessário”.

No geral, a existência dessas mulheres ligadas à prostituição era aceita na sociedade pelas famílias ricas e pela Igreja, já que ambos os segmentos viam-nas como uma forma de proteger a sexualidade das virgens de boa família (FOLLADOR, 2009, p.10).

Além de responsáveis pela manutenção da satisfação sexual dos chefes de família, as moças eram, muitas vezes, contratadas para introduzir os rapazes às práticas sexuais. Dessa forma, apenas aos homens era permitido o sexo antes do casamento, ficando as mulheres “honradas” totalmente ignorantes aos atos sexuais.

Outra categoria significativa para o cenário colonial era a de escravo doméstico. Os escravos pertencentes a esse grupo eram selecionados para executar funções como mucama, babá, cozinheira, pajem, copeiro, lavadeira e costureira, frequentando o mesmo ambiente de seus senhores, a casa-grande. Recebiam e serviam os convidados, amamentavam e cuidavam dos herdeiros da fazenda, lavavam

suas roupas, faziam sua comida e os divertiam nos dias de tédio (COSTA, 1997). E como eram escolhidos dentre a massa negra das senzalas? A aparência, sem dúvidas, era critério muito importante: dentes saudáveis, pele viçosa, corpo forte e traços bonitos eram os atributos de um bom escravo doméstico:

É natural que essa promoção de indivíduos da senzala à casa grande, para o serviço doméstico mais fino se fizesse atendendo a qualidades físicas e morais; e não à toa e desleixadamente. A negra ou mulata para dar de mamar ao nhonhô [...] é natural que fosse escolhida dentre as melhores escravas da senzala. Dentre as mais bonitas, mais limpas, mais fortes (FREYRE, 1963, p.394).

Geralmente, esses escravos possuíam uma condição de vida um tanto melhor que seus companheiros da senzala, construindo uma relação mais íntima com a família de seu senhor. Havia situações em que escravos desempenhavam funções que só eram possíveis por meio de um laço de confiança com seu dono. Como exemplo disso, há as escravas que acompanhavam as filhas do senhor. Estas deveriam permanecer puras e castas até o casamento, ficando a cargo das negras a tarefa de vigiar as moças para evitar encontros amorosos e até mesmo fugas e sequestros românticos. "Basta recordarmos o fato de que, durante o dia, a moça ou menina branca estava sempre sob as vistas de pessoa mais velha ou da mucama de confiança" (FREYRE, 1963, p.388).

A existência de diferenciações nos postos de trabalho ocupados pelos negros refletia-se, muitas vezes, na forma como cada um se vestia. Seja para que os senhores pudessem demonstrar poder econômico, seja por necessidade de segurança dos mesmos, seja por desejo dos próprios negros em se distinguir socialmente, a roupa tinha papel fundamental nessa comunicação.

## **5. VESTUÁRIO ESCRAVO E DISTINÇÃO SOCIAL**

Inicialmente, a preocupação com a roupa dos escravos tinha como principal motivação o pudor. Acreditava-se, naquele momento que apenas o universo europeu era evoluído e digno de ser transmitido aos demais povos ditos “primitivos” (SCARANO, 1999). Dessa forma, a nudez assumia caráter segregacionista, distanciando da civilização os povos da América recém-descoberta e aqueles que foram trazidos como escravos. A roupa, segundo Scarano (1999, p 52) levava os escravos “a participar do universo dos conquistadores, o único que, etnocentricamente, consideravam digno e valioso.” Tal ideia se expandiu, à medida que o processo escravatório avançava, para a consciência popular dos próprios escravos, que visualizavam nas roupas dos brancos a chance de afastar-se do estigma escravo.

A vestimenta distribuída aos servos, geralmente, resumia-se ao essencial, mas também levava em consideração o ambiente e as tarefas a serem realizadas pelo indivíduo. Já o vestuário dos ex-cativos dependia essencialmente de seu sucesso financeiro fora dos domínios do patrão, além de seus desejos pessoais relacionados ao jogo de distanciamento e aproximação dos grupos de acordo com sua posição social.

### **5.1 A Roupa como Reflexo da Hierarquia Social**

A escolha do vestuário adequado para cada escravo não era exatamente aleatória. Era levado em consideração o tipo de trabalho a ser executado, a disponibilidade financeira do senhor, as condições de clima e espaço, a segurança, o grau de proximidade do escravo com a casa grande, etc. No caso dos mineradores, por exemplo, havia o receio de que os escravos utilizassem suas roupas como esconderijos para parte do ouro que extraíam. Portanto, era comum ver esses escravos com o torso nu, vestidos apenas com uma sunga e, em alguns casos, com a cabeça coberta por um chapéu de palha. A pouca roupa devia-se também ao fato de que essas pessoas passavam várias horas com pés e pernas imersos na água e executavam um trabalho braçal, que exigia plena liberdade de movimentação do corpo, situação na qual muita roupa poderia dificultar e atrasar o trabalho dos escravos (SCARANO, 1999).

Conforme a mesma autora, as sungas e calções curtos eram geralmente confeccionados em baeta<sup>4</sup> ou algodão grosseiro, que era muito utilizado também para a confecção de camisas. Estas eram destinadas aos negros livres e aos escravos que ocupavam posições de maior “importância”, a exemplo dos vigias das minas.

De acordo com Costa (1997), comumente, cada escravo recebia dois conjuntos de roupa por ano e estas eram trocadas aos domingos e lavadas uma vez por semana. A lavagem, aliada à exposição à chuva e ao sol, logo desgastavam a roupa e a transformavam em trapos, que, muitas vezes, falhavam na tentativa de cobrir o corpo de maneira decente.

Ainda que fosse proibido aos senhores que deixassem seus escravos circularem pelas ruas sujos ou muito mal vestidos, resultando até em multas<sup>5</sup> para as situações mais graves, muitos senhores pareciam não estar muito preocupados com a boa manutenção do vestuário desse tipo de escravo, principalmente aqueles cujas fazendas estavam mais afastadas das cidades, onde a fiscalização era mais branda.

[...] as mulheres mal cobriam o corpo com uma camisa e uma saia de tecido grosseiro, a cabeça envolta num pano, em forma de turbante. Os homens traziam o dorso nu e uma calça de riscado. (COSTA,1997, p.278)

Em contrapartida, os escravos domésticos possuíam uma vestimenta mais elaborada e de melhor qualidade estética em relação aos seus parceiros da senzala. Convivendo diretamente com os brancos, muitas vezes, possuíam roupas quase tão belas quanto à de seus donos, sendo os primeiros diferenciados apenas pela ausência de sapatos (SCHWARCZ, 1996).

É importante ressaltar que, desde a chegada dos primeiros colonizadores, a noção de bem vestir vigente estava atrelada à indumentária europeia, deixando tanto os nativos quanto os portugueses em choque pelo contraste entre a quantidade de roupa usada.

A nudez absoluta dos selvagens fazia contraponto com as excessivas e pesadas vestes renascentistas dos tripulantes das caravelas portuguesas [...] os comandantes portugueses eram nobres e utilizavam, portanto, roupas ostensivas, características de sua classe social [...] (BRAGA e PRADO, 2011, p. 20).

<sup>4</sup> Tecido feito, geralmente, em lã grossa ou algodão. É muito utilizado para cobrir mesas de sinuca.

<sup>5</sup> “Fica proibido andarem os escravos quase nus ou com roupas extremamente sujas pela cidade. Multa de 10\$000 ao senhor do escravo de cada um que assim for encontrado. Lei Provincial n.105 art.107. Diário de São Paulo, de 24 de julho de 1870” (COSTA, 1997, p. 328).

Embora o clima tropical, associado às várias camadas de tecido, não permitisse um conforto térmico muito significativo, bastava caminhar pela cidade para encontrar vestidos, casacas e coletes de seda, tafetá, linho e até veludo, armados com várias camadas de anáguas.

Havia um visível antagonismo entre indumentária feminina e masculina, onde uma percorria o caminho contrário ao da outra. Era comum ver as moças circulando com chapéus gigantes, adornados com plumas, rendas e laços, e vestidos de mangas e saias muito volumosas. Ao visualizar a aparência feminina, tinha-se impressão desta ser um conjunto de triângulos empilhados.

Enquanto isso, o vestuário masculino vai sofrendo ao longo das décadas um processo constante de simplificação rumo à sobriedade. Adota-se o *riding-coat*<sup>6</sup> ou *redingote*, uma espécie de casaca, juntamente com a cartola, um “símbolo da respeitabilidade burguesa”, e os calções são substituídos por calças. Dessa forma, a autora associa a figura masculina à forma da letra *H*, com linhas retas e pouco volume (SOUZA, 1993).

Figura 1- Empregado do governo saindo a passeio, Debret.



Prancha 5 do segundo volume do livro *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, de Jean Baptiste Debret, publicado em 1835.

<sup>6</sup> Em tradução literal, casaco de montaria, que conquistou o guarda roupa europeu e era inspirado no costume inglês de montar. (SOUZA, 1993)

Fonte: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00624520#page/38/mode/1up>

O cortejo do empregado do governo é seguido por um grupo de escravos de diferentes idades e, como veremos mais adiante, diferentes posições hierárquicas, que são demarcadas também por seu vestuário. A partir da análise da imagem apresentada na figura 1, é possível comprovar a diferenciação sexual discutida nos parágrafos anteriores, na medida em que o empregado do governo veste peças escuras, sem grandes quebras de cor na silhueta, cuja forma é apenas acompanhada pela roupa e não modificada ou aumentada. Logo atrás dele, como mandavam os costumes, vinha a prole, organizada em ordem crescente de idade, e em seguida a mãe (DEBRET, 1835). Percebe-se, no vestuário das três, uma quebra em relação ao pai a partir do uso de aplicações nos vestidos, véu bordado, saias volumosas e golas rendadas.

Ainda segundo o mesmo autor, logo atrás da matriarca da família, estava sua *femme de chambre* - ou mucama, que, no caso dessa família, é mulata - “infinitamente mais distinta no serviço que uma negra” (DEBRET, 1835, p. 31) - afirmação que ressalta a diferenciação hierárquica entre mulatas e negras africanas. Em seguida, posicionam-se a enfermeira e sua assistente.

O oitavo integrante da fila, portando o que parece ser um guarda-sol, chama atenção por vestir calça, camisa com babados, blazer e na cabeça uma cartola, composição que vai além da simplicidade e que demonstra certo requinte. Comparando-se seu vestuário ao que é descrito por Souza (1993), percebe-se que não há diferenças significativas quanto às peças utilizadas, exceto pelo uso ou não de sapatos. Dessa forma, pode-se deduzir que houve certa preocupação do homem branco e sua família em “portar” escravos de boa aparência. Todos parecem fortes e bem nutridos, vestem roupas e usam acessórios que transmitem alguma sofisticação.

Nesse contexto, é importante destacar a figura da mucama mulata. Como foi visto anteriormente, ainda que partilhassem da mesma condição de escravo, havia certo antagonismo entre mulatos e negros, em que aqueles geralmente conquistavam posições de maior prestígio perante seu dono. Na obra de Debret (figura 1), nota-se que a mucama encontra-se tão bem vestida quanto sua senhora, portando uma espécie de casaco com debruns na barra e lapelas, vestido com barra texturizada, brincos,

colar, cabelo preso e os pés calçados, o que indica que a escrava provavelmente tinha muito prestígio com seus donos e já estava bem adaptada aos costumes europeus.

As escravas pertencentes a famílias mais abastadas se distinguem então pela "profissão", pelas vestes e acessórios. As diferentes nações, por sua vez, implicitamente também se hierarquizam frente a esta "inserção social". Aquelas que alçam o posto de criadas de quarto são as mais "capazes" de se civilizar segundo os padrões europeus, já sendo familiares aos usos e costumes "civilizados". (FREITAS, 2007, p.5)

Acredita-se que, embora a função principal do escravo naquele contexto fosse servir a seus donos, havia também a preocupação em utilizá-los como um mecanismo para demonstrar poder e riqueza. O provedor da família comunicava a quem o visse que, além de manter sua esposa, filhos e fazenda em boas condições, estava em situação financeira favorável para adquirir os melhores escravos e mantê-los bem conservados. Assim, investir na aparência dos “escravos que acompanhavam seus senhores em atividades públicas adquiria o valor de um reconhecimento social de prestígio” (COSTA, 2009, p.227).

Faz-se necessário destacar que a prática de manter os escravos, principalmente os domésticos, bem vestidos como forma de demonstrar poder financeiro parece estar presente em outros pontos da Europa, não sendo restrita apenas aos portugueses. Segundo Roche (2007), já no reinado de Luis XIV, o vestuário dos escravos já havia superado o fator necessidade, tornando-se alvo de sátiras e gerando muita polêmica devido à ameaça de desordem na hierarquia social.

Os criados domésticos em geral vestiam-se melhor. Uma minoria usava libré<sup>7</sup> e marcas distintivas, cuja função social desempenhava um importante papel simbólico, quer afirmando o *status* e a riqueza dos senhores quer contribuindo para um a ambivalência no comportamento dos criados, despersonalizados, mas beneficiários de um valor social agregado. (ROCHE, 2007, p. 110)

Figura 2 - Escravas Negras de Diferentes Nações

---

<sup>7</sup> Fardamento adornado com botões e galões (fitas de tecido usadas para decorar roupas) distintivos.



Prancha 22 do segundo volume do livro *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, de Jean Baptiste Debret, publicado em 1835.

Fonte: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00624520#page/38/mode/1up>

Na obra *Escravas Negras de Diferentes Nações* (Figura 2), Debret reúne retratos de mulheres pertencentes a diferentes etnias e condições sociais, que são representadas através de imagens numeradas de um a dezesseis. Analisando a descrição feita pelo artista para cada uma delas, é possível perceber que sua condição estava também registrada em sua aparência. A imagem onze representa uma escrava da etnia *Moujole*, antiga ama de leite e babá em uma família rica. Já a imagem treze representa uma negra *Mosambique*, “escrava de uma casa de fortuna mediana” (DEBRET, 1835, p.77).

Nota-se que o vestuário das escravas reflete a situação financeira de suas respectivas casas. Enquanto a babá (imagem onze) usa brincos grandes, colar com pingente e uma espécie de tiara nos cabelos, a negra *Mosambique* (imagem treze), pertencente a uma família não tão abastada, traz apenas um turbante na cabeça e brincos pequenos.

Na imagem seis, Debret nos apresenta uma negra *Cabinda*, mucama de uma jovem dama rica. A cativa traz o cabelo preso e decorado com um arranjo de flores, colares com pingentes no pescoço, vestido de mangas bufantes e carrega um tecido estampado nos braços. Já a mulher *Banguelle*, da imagem quatorze, era uma



vendedora ambulante de legumes. É interessante notar que esta não traz nenhum colar ou brincos, o cabelo é cortado curto e o vestido é simples, mal cobrindo o colo, preso à cintura por uma faixa. A ausência de adornos e a simplicidade de suas roupas pode indicar que se trata de uma escrava cujo dono não tem tantas riquezas, cuja arrecadação diária não ultrapassa muito o jornal<sup>8</sup> para que lhe sobre algum lucro, ou ainda cujo dono não lhe permita ficar com o excedente das vendas.

Nota-se que quase todas as mulheres da imagem carregam consigo algum tipo de joia ou acessório. Nesse momento, o adorno era um símbolo de prestígio para os senhores brancos, mas também representava uma forma de resistência por parte das negras ao sistema elitista vigente.

O uso dos adornos pelas escravizadas significou uma forma particular de resistência ao sistema de poder vigente naquele momento, contribuindo também para a manutenção de sua cultura e para a preservação da sua autoestima (TEIXEIRA, 2011, p.17).

Mais do que isso, como foi visto na figura 2, os acessórios poderiam identificar funções e posições na hierarquia social, “[...] criando assim, uma comunicação não verbal, em que o prazer de exhibir-se ao olhar do outro era imprescindível em todas as camadas sociais.” (Idem, Ibidem). O uso das joias, mais precisamente pelas negras, teve origem nos cultos religiosos trazidos da África para o Brasil, sendo as técnicas de fundição e manuseio de metais já conhecidas dos negros *malês*, antes mesmo do início do tráfico de escravos (MAGTAZ, 2008 Apud TEIXEIRA, 2011).

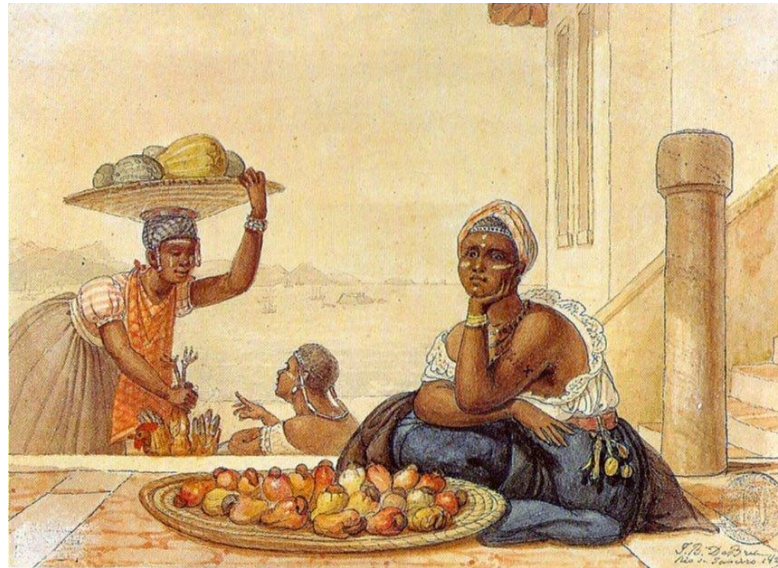
Brincos, colares, pulseiras e *balangandãs* eram usados como amuletos, cada um com seu significado e função de proteção. O *balangandã*, por exemplo, era constituído de diversos pingentes presos a um núcleo, denominado *base* ou *galera*. Geralmente, era usado na cintura ou no tornozelo e ganhou esse nome devido ao barulho que emitia quando a usuária se movimentava. Na obra de Jean Baptiste Debret, intitulada *Negra Tatuada Vendendo Caju*, de 1827 (Figura 3), vemos um exemplo de *balangandã* preso à cintura, local misticamente associado à fertilidade. A negra de ganho encontra-se ao pé de uma escadaria em posição contemplativa, com o

---

<sup>8</sup> Jornal era o termo utilizado para designar uma quantia em lucro a ser atingida diariamente pelo escravo de ganho. Uma vez atingida a meta, era comum que os senhores deixassem que os escravos ficassem com o excedente para si.

queixo apoiado na mão e a bandeja de cajus à sua frente. Seu vestuário é composto por uma blusa de um ombro só bordada no decote - o que denota certa sensualidade pela pele exposta - saia ampla, turbante e o que parece ser um manto apoiado em sua perna. (TEIXEIRA, 2011)

Figura 2 - Negra Tatuada Vendendo Caju, Debret, 1827.



Fonte: [http://lounge.obviousmag.org/cafe\\_amargo/2013/05/debret-e-a-negacao-do-neoclassicismo-brasileiro.html](http://lounge.obviousmag.org/cafe_amargo/2013/05/debret-e-a-negacao-do-neoclassicismo-brasileiro.html)

O *balangandã* era geralmente preso à cintura por argolas individuais ou, como no caso da figura, tiras, que poderiam ser feitas em tecido ou couro. Seu número de pingentes variava de indivíduo para indivíduo, podendo chegar até cinquenta objetos no mesmo amuleto. Na pintura, é interessante destacar a presença de uma figa<sup>9</sup>, objeto associado ao ato sexual, cuja proteção baseia-se na “[...] crença de que as criaturas do mal são assexuadas, portanto, temem alusões que possam referir à sexualidade” (TEIXEIRA, 2011, p. 22).

Assim, ainda segundo a mesma autora, o uso da figa, bem como seu posicionamento no corpo da mulher estaria associado à fertilidade e à sexualidade, protegendo contra doenças físicas e espirituais. Ressalta ainda, que os amuletos não ficavam restritos somente à cultura africana e afro-brasileira, tendo ainda influências do cristianismo, representadas em amuletos em forma de santos, crucifixos, a pomba do

<sup>9</sup> Objeto que possui a forma de uma mão fechada com o polegar posicionado entre o dedo indicador e médio.

Espírito Santo, etc, revelando a influência da religião católica imposta pelos brancos aos negros. Portanto, o *balangandã* possuía, além de um apelo místico e religioso, o caráter de diferenciador social, tanto para o negro quanto para seu dono, por meio da posse de jóias.

As mulheres representadas vestem basicamente o mesmo tipo de roupa, sendo relevante atentar também para a escrava com uma bandeja na cabeça, representada em segundo plano, cuja blusa de mangas bufantes, o turbante e o pano amarrado ao pescoço são estampados, o que pode demonstrar certa preocupação de seu dono em ter uma escrava de ganho com boa aparência. Possivelmente, acreditavam que assim elevariam o índice de vendas, e, por isso, alguns iam além dos materiais têxteis mais rudimentares, encomendando, inclusive, joias em ouro, rendas, tecidos estampados e bordados para seus subordinados.

[...] apesar da utilização de tecidos de algodão originalmente ser destinada à confecção de roupas simples e folgadas para o dia-a-dia na lida, nas plantações ou mesmo no serviço doméstico, não tardou muito para que os senhores de escravos passassem a encomendar, para alguns ourives das cidades, determinadas jóias em ouro para algumas de suas escravas, bem como vestimentas em algodão que extrapolavam a simplicidade, como uma forma de exposição de sua própria riqueza [...] (MONTEIRO, FERREIRA E FREITAS, 2006, p. 293).

Em contraponto, algumas famílias consideravam inadequada a utilização de indumentária mais complexa por parte da gente de cor. Havia quem defendesse que determinados tecidos e peças de roupa deveriam ser restritos aos brancos. Estes se queixavam constantemente às autoridades, reivindicando que os negros fossem proibidos de usar “galas”<sup>10</sup>, com o objetivo de evitar que houvesse qualquer aproximação entre o visual das duas classes. “Tudo o que poderia significar sinal de distinção era encarado como proibido a determinados grupos e, ao mesmo tempo, procurado pelos membros desses grupos” (SCARANO, 1999, p.54).

Dessa forma, só era de interesse da sociedade ter negros bem vestidos se estes trabalhassem para aumentar o prestígio daquela, ou seja, as roupas usadas pelos negros eram um presente, fruto da benevolência de seu dono e não de seu próprio poder de compra. A partir do momento que conseguiam a liberdade e juntavam dinheiro

---

<sup>10</sup> Referente ao traje de gala, ou seja, peças de roupa de cunho mais sofisticado, geralmente guardadas para ocasiões especiais.

para comprar as próprias roupas, o fato de se vestirem bem e se parecerem com os brancos tornava-se uma afronta à hierarquia social.

Entretanto, segundo Scarano (1999), a constante necessidade de reafirmar as leis proibitivas com seus castigos e multas mostra o quão fracas elas eram, valendo em teoria, mas sendo completamente ignoradas na prática. Isso porque havia uma série de negócios e relações de interesse que impediam a aplicação das leis em sua rigidez. Eram as famosas “brechas” e exceções que deixavam espaço para dois pesos e duas medidas.

Segundo Damatta (1994, p. 139), “[...] quando as leis constitucionais entram em conflito com as normas não escritas da amizade, estamos em crise, pois podemos englobar as regras universais com as normas da amizade ou fazer o inverso.” Dessa forma, já naquela época, a lei era utilizada ou não de acordo com os interesses pessoais dos donos de escravos.

As armas, por exemplo, eram de uso exclusivo daqueles que se localizavam no topo da hierarquia colonial e eram proibidas aos negros, libertos ou não, mulatos, bastardos e qualquer um que não estivesse em posição de dominação, tornando-se um símbolo de distinção. Entretanto, as mesmas armas, especialmente as facas, eram prêmios que poderiam ser concedidos aos negros por bom comportamento. A prática tinha como objetivo estimular o trabalho e evitar roubos e motins, sobretudo na região das minas (SCARANO, 1999).

Da mesma forma, as roupas constituíam prêmios representativos. Concedia-se aos escravos desde peças simples de uso diário, como camisas e calções confeccionados em algodão ou baeta, até peças mais elaboradas e mesmo de gala, feitas em cetim e linho, um material nobre. O prêmio era correspondente ao serviço prestado, assim, “uma vez que o encontro de diamantes muito valiosos [...] possibilitava a alforria, pedras valiosas mereciam prêmios condignos” (SCARANO, 1999, p.55).

É relevante destacar que o uso de “galas” e o porte de armas não despertava preocupação nos proprietários de escravos, desde que isso não os prejudicasse diretamente. Segundo Scarano (1999, p.56) “essas questões afetavam mais diretamente as autoridades locais ou as pessoas que não dependiam basicamente de grande mão-de-obra escrava para trabalhar na mineração ou no eito”. Enquanto estas

viam os negros como escória criminosa e digna de punições severas, o fazendeiro via cada escravo como uma ferramenta de trabalho que gera renda e foi comprada a um custo, que, por sua vez, precisa retornar em forma de lucro.

Ainda segundo a mesma autora, uma vez libertos, os negros se tornavam, geralmente, ainda mais desfavorecidos e as roupas quase nunca eram suficientes para proteger o corpo do sol e do frio, muito menos para demonstrar riqueza. Aqueles que conseguiam acumular renda adotavam os mesmos hábitos de vestuário dos brancos.

Algumas negras livres, por exemplo, andavam pela rua vestidas em tecidos finos, como linho e veludo, portando acessórios como colares, pulseiras, brincos - alguns deles em ouro e outros materiais preciosos - além, é claro, do marcador mais claro da liberdade, o calçado. “Estas podiam usar fina camisa guarnecida de renda, saia de musselina branca sobre outra de cores vistosas, turbante à cabeça e chinelas de tacões altos, lembrando tamancos, braços cobertos de rústicas pulseiras[...]” (COSTA, 1997, p 278). Muitas utilizavam da própria beleza para atrair comerciantes e fazendeiros europeus e conseguir presentes como joias, cortes de tecido e até dinheiro, conforme aponta Lody (2001, p.51, apud MONTEIRO, FERREIRA E FREITAS, 2006, p.7).

[...] os senhores portugueses [...] ajazavam as suas escravas como forma de demonstrar poder e riqueza. Também é sabido que algumas negras e crioulas eram donas de parte das jóias que portavam, criando lendas de que, em função dos seus encantos, elas conquistavam, em troca de favores sexuais, os adornos que muitas vezes eram vendidos para as alforrias das próprias ou para as caixas de alforria, fundos comuns para a libertação de escravos.

A busca pela diferenciação social representava uma distanciação do estigma escravo e da vida miserável. Dessa forma, pequenos objetos adquiriam o status de requinte e o próprio ato de ter bens significava estar em outro patamar na hierarquia social. “Para a gente de cor, possuir roupa ou enfeite fora do comum era sinal de distinção, proporcionando respeito e admiração de seus pares, quiçá dos demais” (SCARANO, 1999, p. 56).

Havia até quem declarasse suas roupas junto com seus bens imóveis nos documentos de herança<sup>11</sup>, pondo-os em igual nível de importância, como visto no depoimento de Rafael Pires Pardiniho, cuja procedência não fica clara, mas, devido ao

---

<sup>11</sup> Segundo Roche (2007) estes documentos eram comuns, principalmente entre a elite, e possibilitam que os historiadores conheçam hábitos de consumo das famílias, o conteúdo dos guarda-roupas e os gastos com manutenção do vestuário.

sobrenome *Pardinho*, parece tratar-se de um mulato. Referindo-se a um falecido Cabo, Rafael, relata que as roupas daquele seriam vendidas e o dinheiro seria somado ao da venda das casas “que ainda se conservam de pé” e enviado a Lisboa. Entretanto, ainda que se vestissem como brancos, tal medida só os diferenciava juridicamente os negros livres de seus irmãos escravos, pois o preconceito também se dava pela cor (SCARANO, 1999).

Portanto, ainda que houvesse um distanciamento entre negros miseráveis e aqueles que conseguiam adquirir bens, jamais estes seriam elevados ao mesmo patamar dos brancos, que se empenhavam em tornar explícita, através das restrições suntuárias, a desigualdade já implícita à sociedade colonial.

## **5.2 O pé calçado como mecanismo de autoafirmação da população negra**

Durante o período escravocrata, o uso de calçados era negado aos escravos como um marcador de sua posição social desfavorecida. Nem mesmo os cativos urbanos estavam livres de sua condição. Ainda que trabalhassem como vendedores ambulantes, prostitutas ou quitadeiras e conseguissem, assim, guardar algum excedente da meta diária para si, sua condição de escravo tornava o sapato um item de vestuário proibido.

[...] um escravo de ganho – dono de um pecúlio tirado da renda obtida para seu senhor no serviço de terceiros – podia ter meios para vestir calças bem postas, paletó de veludo, portar relógio na algibeira, anel com pedra, chapéu-coco e até fumar charuto em vez de cachimbo. Mas tinha de andar descalço. Nem de tamancos, nem de sandálias. De pé no chão. Para deixar bem exposto o estigma indifereçável do seu estatuto de cativo [...] (ALENCASTRO, 1997, p. 79, apud SANTANA e SENKO, 2016, p.206).

Dessa forma, o uso de calçados representava para a população negra um símbolo da conquista de sua liberdade, sendo o sapato um dos primeiros itens a ser adquirido após a compra da alforria. Tudo que um dia lhe fora recusado, era transformado pelo ex-cativo em uma ferramenta para se distanciar de seus irmãos de senzala e se aproximar do status de seus antigos donos. Nesse momento, para além de um item de vestuário, cuja função prática é proteger os pés das intempéries do solo, o sapato assemelhava-se a uma medalha ou troféu, um certificado de autenticidade da liberdade de quem o calçava.

A condição de homem livre seria concretizada, de imediato, na realização de desejos e na posse de objetos que lhes haviam sido proibidos quando eram escravos. [...] negros e negras nas cidades para as quais se dirigiam, passavam com uma postura altiva, descalços, mas levando um par de sapatos por vezes à mão, como um porta-joias valioso, ou por outras, a tiracolo, como bolsas (CORONEL, 2013, p. 87).

No jogo da exibição, a forma mais simples e eficaz de comunicar distinção era através do vestuário. Afinal, as pessoas estavam vestidas na maior parte do tempo, principalmente quando fora de casa. “Assim, o que se usava no próprio corpo, constituía o modo mais fácil e acessível para se alcançar certa distinção, no seio de seu grupo, e mesmo na sociedade como um todo” (SCARANO, 1999, p.58). Por isso a posse de um sapato era tão importante, pois este representava um atestado ambulante de liberdade e distinção.

Como pode ser observado na Figura 1, a mucama de confiança da matriarca da família encontra-se usando sapatos, o que indica muito prestígio em relação a seus donos. Como foi visto, o hábito de vender ou dar sapatos de presente a negros não era prática muito comum, o que indica que a família para qual a moça trabalhava possuía grande afeto pela serva.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução da veia negra na constituição do que hoje entendemos por sociedade brasileira tem início nas primeiras décadas da colonização. Trazidos com o objetivo de suprir a necessidade de mão de obra para os serviços braçais na nova sede do Governo Português, os negros enfrentavam duras jornadas que se iniciavam com sua captura ainda no continente africano e poderiam terminar ainda durante a viagem - com a morte de muitos escravos devido às péssimas condições do navio - ou na terra que se tornaria seu lar até o fim da vida, o Brasil.

Os que sobreviviam à travessia eram selecionados, vendidos e, depois da compra, alocados em suas funções de acordo com o sexo, a idade, a etnia e as habilidades previamente adquiridas. Tornavam-se mineiros, vendedores ambulantes, prostitutas, carpinteiros, lavradores, cozinheiras, pajens, etc, ocupando todas as funções que demandavam esforço físico e deixando o prestígio do ócio para a elite branca.

Esta via nos escravos uma “mercadoria” valiosa, comprada a um custo alto que deveria ser recuperado a partir dos lucros de seu trabalho. Mais do que isso, ao longo do tempo, as famílias brancas perceberam que poderiam também ver refletida em seus negros a própria riqueza, obtendo como resultado a distinção e o prestígio social perante a sociedade.

Naquele momento, para as pessoas, a vestimenta constituía o mecanismo mais fácil e prático de se comunicar não verbalmente com os demais indivíduos, posicionando-se, assim, dentro da hierarquia social. Dessa forma, era interessante para os senhores de escravos que estes, principalmente os que habitavam sua casa e o acompanhavam nas aparições públicas, andassem bem vestidos e tivessem boa aparência. Assim, a elite branca estaria demonstrando poder econômico suficiente para que até mesmo seus escravos andassem bem arrumados.

Cada cativo vestia-se de acordo com sua posição na hierarquia escrava e também de acordo com suas funções exercidas durante o trabalho. Assim, era possível reconhecer, através de seu vestuário, que tipo de trabalho o negro efetuava, o nível



econômico de seus donos e até mesmo se o sujeito em questão tratava-se de um negro livre ou escravo.

Por outro lado, se havia quem se preocupasse em manter seus escravos em bom estado, havia também quem considerasse a utilização de determinados tecidos e adornos pela gente de cor uma afronta à hierarquia social, principalmente em se tratando da população de negros livres. Estes, uma vez alforriados, buscavam na semelhança de seu vestuário, em relação ao vestuário dos brancos, uma oportunidade de se livrar, ainda que em parte, do estigma da escravidão e galgar uma posição melhor frente à sociedade.

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou, a partir do levantamento bibliográfico e da análise dos quadros do pintor colonial Jean Baptiste Debret, a constatação de que a indumentária escrava poderia ultrapassar o caráter prático de vestimenta, tornando-se também uma ferramenta de demonstração de riqueza e distinção social, tanto em benefício dos próprios negros, quanto em favor de seus donos.

Apesar de ser marcado pelo sofrimento e morte de muitos negros, o período Colonial diz respeito ao período onde foram feitos os primeiros contatos entre as diferentes raças, que interagiram entre si para formar nossa sociedade contemporânea. Contatos estes que foram de vital importância para a organização social vivenciada atualmente em território brasileiro.

O presente trabalho oferece possibilidades de se desdobrar em novas pesquisas a partir da introdução da análise das obras de outros artistas que se instalaram no Brasil Colonial e documentaram sua sociedade. Para além disso, é interessante aprofundar os estudos voltados para elementos específicos do vestuário que poderiam denotar prestígio, como as joias e os sapatos.

## REFERÊNCIAS

- BONOMO, Juliana Resende. O Tabuleiro Afro-brasileiro: O Abastecimento Alimentar e a Resistência das Quitadeiras Negras no Brasil do Século XVIII. Disponível em: <[http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1405976865\\_ARQUIVO\\_O\\_TABULEIROAFROanpuhsantos.pdf](http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1405976865_ARQUIVO_O_TABULEIROAFROanpuhsantos.pdf)>. Acesso em: 10 de junho de 2017
- BRAGA, João; PRADO, Luis André do. História da Moda no Brasil: Das influências às autorreferências. 2. Ed. São Paulo: Pyxis Editorial, 2011.
- CAMPOS, Kátia Maria Nunes. Mulheres coloniais: esposas e concubinas numa sociedade escravista. Disponível em <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema\\_10/abep2010\\_2459.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_10/abep2010_2459.pdf)> Acesso em 01 de maio de 2017
- COSTA, Tiago. Representações do Negro na Obra de Jean Baptiste Debret. In:II Encontro Nacional de Estudos da Imagem (Anais) 2009, Londrina-PR, pp.221-228.
- CORONEL, Luciana Paiva. Representações das Condições de Vida dos Negros nos Cronistas do Período da Abolição e nos Diários de Carolina Maria de Jesus. Literatura e Autoritarismo, n. 21, Jan/Jun. 2013. Disponível em <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/LA/about/index>> Acesso em 13 de junho de 2017.
- DAMATTA, Roberto. Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira. 2. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 209 p.
- DEBRET, Jean-Baptiste. Voyage Pittoresque et Historique au Brésil. Paris: Firmin Didot Frères, 1835. (Tomo 2). Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00624520#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 24 de junho de 2017
- DEL PRIORE, Mary. Histórias da Gente Brasileira: Colônia. São Paulo: Leya, 2016. 432 p. 1 v.
- DEL PRIORE, Mary (Org.) História das Mulheres no Brasil. 2. Ed. São Paulo: Contexto/unesp, 1997. 678 p.
- DIAS, Elaine Cristina. Debret, a Pintura de História e as Ilustrações de Corte da Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000215224&fd=y>> Acesso em 20 de abril de 2017
- FREYRE, G. Casa-Grande & Senzala. 12ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. 589p.

FREITAS, Iohana Brito de. Construindo o Outro: Categorias de Identificação nas Viagens Pitorescas de Jean Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas. Disponível em <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Iohana%20Brito%20de%20Freitas.pdf>>.

GALVÃO, M.C.B. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. In: FRANCO, Laércio Joel; PASSOS, Afonso Dinis Costa. (Org.). Fundamentos de epidemiologia. 2ed. A. 398 ed. São Paulo: Manole, 2010, v., p. -377. Disponível em <[http://www2.eerp.usp.br/Nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento\\_bibliografico\\_CristianeGalv.pdf](http://www2.eerp.usp.br/Nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento_bibliografico_CristianeGalv.pdf)> Acesso em 22 de junho de 2016.

FOLLADOR, A Mulher Na Visão Do Patriarcado Brasileiro: Uma Herança Ocidental. Disponível em <[http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31446858/REVISTA\\_FATOS\\_E\\_VERSOES\\_-\\_MULHER\\_NO\\_PATRIARCADO\\_BRASILEIRO.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1493676359&Signature=IKTKPCeapQemQWkJr%2BzuRsx2iMI%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA\\_MULHER\\_NO\\_PATRIARCADO\\_BRASILEIRO.pdf](http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31446858/REVISTA_FATOS_E_VERSOES_-_MULHER_NO_PATRIARCADO_BRASILEIRO.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1493676359&Signature=IKTKPCeapQemQWkJr%2BzuRsx2iMI%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA_MULHER_NO_PATRIARCADO_BRASILEIRO.pdf)> Acesso em 01 de maio de 2017

MONTEIRO, Juliana; FERREIRA, Luzia Gomes; FREITAS, Joseania Miranda. As roupas de crioula no século XIX, e o traje de beca na contemporaneidade: uma análise museológica. Disponível em <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2084/1161>> Acesso em 15 de abril de 2017

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 5. Ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Disponível em <<http://www.faatensino.com.br/wp-content/uploads/2014/11/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf>> Acesso em 12 de maio de 2017.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTANA, Luciana Wolff Apolloni; SENKO, Elaine Cristina. Perspectivas da Era Vitoriana: sociedade, vestuário, literatura e arte entre os séculos XIX e XX. Revista Diálogos Mediterrânicos, Curitiba, v. 1, n. 10, p.189-215, jun. 2016. Semestral.

Disponível em:

<<http://www.dialogosmediterraneos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/209/216>>.

Acesso em: 25 jun. 2017.

SANTOS, Maykon Rodrigues dos. Cruzando o Atlântico: a construção da identidade Mina entre mulheres no pequeno comércio. Disponível em

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000835610&fd=y>> Acesso

em 3 de julho de 2017

SCARANO, Julita. Roupas de Escravos e de Forros. Resgate: Revista de Cultura. n 4, 1992

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Negras Imagens: ensaio sobre Cultura e Escravidão no Brasil. São Paulo: Estação Ciência, 1996.

SOUZA, Gilda de Mello e. O Espírito das Roupas: A Moda no Século Dezenove. 2. Ed. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1993. 255 p.

TREVISAN, Anderson Ricardo. Debret e a Missão Artística de 1816: aspectos da constituição da arte acadêmica no Brasil. Plural, São Paulo, nº14, pp. 9-32, 2007.

TEIXEIRA, Amanda Gatinho. Poder, simbolismo, religiosidade e misticismo: um estudo da joia balangandã.. Revista Tucunduba, América do Norte, 0, ago. 2011. Disponível

em <<http://www.revistaeletronica.ufpa.br/index.php/tucunduba/article/view/41/101>>

Acesso em: 03 de Julho de 2017